

PARA ALÉM DA POLARIZAÇÃO RACIONALISMO-REFLEXIVISMO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS A TIPOLOGIA METODOLÓGICA DE PATRICK JACKSON E O PLURALISMO METODOLÓGICO EM DEBATE

Gilberto Carvalho de Oliveira

Este artigo transita no território quase sempre inóspito da filosofia da ciência e das suas implicações metodológicas no campo disciplinar das relações internacionais. A referência-chave da reflexão aqui proposta é o recente trabalho de Patrick Jackson (*The Conduct of Inquiry in International Relations: Philosophy of Science and its Implications for the Study of World Politics*¹), onde o autor identifica quatro ontologias filosóficas, distintas e mutuamente excludentes, a partir das quais surgem quatro metodologias básicas na investigação em relações internacionais: o neopositivismo, o realismo crítico, o analiticismo e a reflexividade. Situando essa tipologia dentro de uma discussão mais abrangente sobre o pluralismo metodológico, o artigo procura examinar até que ponto o esforço de tipificação de Jackson consegue indicar um caminho produtivo para a superação da polaridade racionalismo-reflexismo, que ainda marca o debate metodológico em seu nível mais elevado nas relações internacionais, e para a adoção de uma perspectiva mais diversificada no tratamento das questões de metodologia na disciplina. Ainda que esse tipo de discussão metateórica possa parecer árido ou demasiadamente abstrato para grande parte

RESUMO

Este artigo propõe uma revisão do debate sobre pluralismo metodológico nas relações internacionais, recentemente reacendido pelo importante trabalho de Patrick Jackson (*The Conduct of Inquiry in International Relations: Philosophy of Science and its Implications for the Study of World Politics*). O objetivo principal do artigo é fazer uma revisão do livro, mas vai além, situando o argumento de Jackson no contexto das principais críticas que lhe foram dirigidas e no âmbito de uma discussão mais abrangente sobre o pluralismo metodológico e as pretensões de cientificidade do campo das relações internacionais.

Palavras-chave: filosofia da ciência, metodologia, Patrick Jackson, pluralismo metodológico.

ABSTRACT

BEYOND THE INTERNATIONAL
RELATIONS RATIONALISM-



**-REFLEXIVISM POLARIZATION:
PATRICK JACKSON'S
METHODOLOGICAL TYPOLOGY
AND THE METHODOLOGICAL
PLURALISM**

This article proposes a review of the debate on methodological pluralism in International Relations, recently rekindled by the important work of Patrick Jackson (*The Conduct of Inquiry in International Relations: Philosophy of Science and Its Implications for the Study of World Politics*). The main objective is to review the book, but the article goes beyond by situating Jackson's argument in the context of the main criticisms leveled against him and within a broader debate on methodological pluralism and the scientific status claimed by the International Relations field.

Keywords: philosophy of science, methodology, Patrick Jackson.

dos estudantes e investigadores, geralmente pressionados pelas preocupações táticas e imediatas da investigação, é importante notar que a abordagem das questões de metodologia a um nível mais estratégico pode contribuir para uma estruturação mais coerente do modelo de análise da investigação, bem como para um diálogo mais claro e transparente entre os investigadores sobre a lógica adotada na condução dos seus trabalhos. O recente trabalho de Jackson – reconhecido e tratado em diversos fóruns de discussão² e premiado em 2013 pela Secção de Teoria da Associação de Estudos Internacionais (International Studies Association, ISA) – coloca esses aspetos em discussão, trazendo as questões de metodologia para um nível mais estratégico na produção de conhecimento nas relações internacionais. Este artigo tem por objetivo, portanto, não só fazer uma recensão do livro de Jackson, chamando a atenção para a tipologia metodológica por ele proposta, mas também examinar as suas principais

qualidades e fragilidades dentro de um contexto mais abrangente de discussão sobre o pluralismo metodológico nas relações internacionais.

Considerando a centralidade do termo metodologia na discussão a ser realizada, é importante clarificar o seu sentido no âmbito do artigo. A metodologia não é aqui tratada como mero procedimento – não se reduzindo, portanto, ao método – mas é entendida no sentido mais estratégico sugerido pela sua raiz etimológica: metodologia surge da junção *methodos* + *logos*, o que faz com que o sentido do termo seja determinado pelo seu sufixo³. Assim, a metodologia deve ser entendida como a lógica que guia os métodos com o propósito de produzir conhecimento ou teoria⁴; por outros termos, a metodologia confunde-se com a própria estrutura lógica da investigação⁵. Nesse sentido, as reflexões aqui propostas em torno da metodologia nas relações internacionais estão mais preocupadas com as implicações de determinadas tomadas de posição filosófico-científicas na estruturação lógica da produção de conhecimento na disciplina do que com a discussão sobre procedimentos e técnicas de coleta de dados, critérios de seleção de documentos e discursos, escolha de ferramentas estatísticas, protocolos de seleção de casos, etc. Conforme enfatiza Jackson, «essas são importantes questões de método, mas não de metodologia»⁶. A metodologia dialoga com a epistemologia e a ontologia ao mesmo nível de reflexão, envolvendo o mesmo grau de preocupações estratégicas em relação à produção do conhecimento científico; como tal, não deve ser colocada em terceiro lugar na hierarquia, relacionada meramente com as decisões táticas sobre as ferramentas adequadas para a operacionalização da investigação⁷.

O artigo segue estruturado em quatro secções. A primeira faz uma síntese da polarização racionalismo-reflexivismo que marca o «quarto grande debate» em curso nas relações internacionais. A segunda secção apresenta a tipologia metodológica proposta por Jackson – neopositivismo, realismo crítico, analiticismo e reflexividade – a partir da qual o autor defende o pluralismo na condução da investigação nas relações internacionais. A terceira secção discute a tipologia de Jackson, a sua conceção de ciência social e o tipo de pluralismo metodológico que daí emerge à luz das principais críticas dirigidas ao autor. Notando, com base nessa discussão, uma certa insatisfação das posições críticas mais radicais em relação à proposta de Jackson, uma secção conclusiva sugere um pluralismo metodológico mais inclusivo, capaz de abranger as margens da disciplina.

A POLARIZAÇÃO RACIONALISMO VS REFLEXIVISMO

Pode-se dizer que a polarização entre racionalismo e reflexivismo nas relações internacionais ganhou publicidade, em grande medida, no contexto do conhecido discurso de posse de Robert Keohane como presidente da ISA no período 1988-1989⁸. Se de um lado, o rótulo reflexivismo cunhado por Keohane chamou a atenção para as abordagens pós-positivistas até então largamente invisibilizadas e marginalizadas na disciplina, de outro lado a sua cobrança por uma agenda de investigação reflexivista mais transparente – que pudesse ser avaliada e fosse capaz de desenvolver teorias testáveis⁹ – foi amplamente contestada pelas correntes pós-positivistas. Em consequência, ao contrário da proposta de síntese entre racionalismo e reflexivismo defendida por Keohane – que nas entrelinhas do seu discurso devia ser alcançada dentro de um padrão universal de conhecimento científico baseado na geração de hipóteses empiricamente testáveis – o que se viu, ao longo das últimas duas décadas, foi um abismo cada vez mais acentuado entre as duas posições. Essa polarização – que segundo Wæver inaugura o «quarto grande debate»¹⁰ nas relações internacionais e, ainda hoje, apresenta o «mais relevante mapa geral» da disciplina¹¹ – acabou por substituir a disputa entre neorrealismo e neoliberalismo do terceiro grande debate que passaram, no final da década de 1980, a «emular teorias racionalistas» e, desse modo, a compartilhar muito da «bagagem filosófica e ética» que molda a construção do conhecimento científico tido como «legítimo» nas relações internacionais¹².

Dessa perspetiva pode-se notar, então, que o grande eixo organizador da produção de conhecimento nas relações internacionais tem girado, nas últimas duas décadas, em torno das questões epistemológicas e metodológicas. Com o enfraquecimento da influência das grandes visões ontológicas da ortodoxia, o quarto debate tem dedicado parte significativa da sua energia a interrogar que tipo de conhecimento pode ser produzido sobre a política internacional (epistemologia) e como tal conhecimento pode ser buscado (metodologia)¹³. Em última instância, são as perspetivas divergentes na abordagem a essas questões que têm determinado o distanciamento entre o polo racionalista/neopositivista (ocupado basicamente pelo neorrealismo e pelo neoliberalismo) e o polo reflexivista/pós-positivista do debate (ocupado pela teoria crítica, pelo pós-estruturalismo,

pelo feminismo, pelo pós-colonialismo, etc.). Ainda que se deva reconhecer que a oposição radical das correntes reflexivistas ao racionalismo dominante nas relações internacionais tenha exercido um papel importante enquanto estratégia de penetração e consolidação de suas posições na disciplina, é importante notar que essa estratégia talvez já tenha cumprido o seu papel. Embora as abordagens racionalistas ainda se mantenham hegemônicas, não se pode dizer que as correntes reflexivistas continuem

O MOMENTO ATUAL, PARECE OPORTUNO PARA UM SALTO ADIANTE NO DEBATE. E ESSE SALTO COMEÇA PELA REJEIÇÃO DA DICOTOMIA RACIONALISMO-REFLEXIVISMO, PRINCIPALMENTE PORQUE ELA JÁ NÃO REFLETE O AMPLO LEQUE DE POSIÇÕES OBSERVADAS NAS AGENDAS DE INVESTIGAÇÃO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.

a ter que pedir licença para entrar: a teoria crítica, o pós-estruturalismo, o feminismo e outras abordagens pós-positivistas já não são invisíveis ao *mainstream* e, hoje, fazem parte da arquitetura da disciplina conforme demonstram claramente os manuais de relações internacionais publicados nos últimos anos¹⁴.

O momento atual, portanto, parece oportuno para um salto adiante no debate. E esse salto

começa pela rejeição da dicotomia racionalismo-reflexivismo, não só porque essa estratégia de confrontação parece já ter cumprido o seu propósito inicial de tirar da invisibilidade as correntes críticas e pós-positivistas, mas principalmente porque ela já não reflete o amplo leque de posições observadas nas agendas de investigação das relações internacionais. Ao contrário da simplificação e do reducionismo presentes na polaridade racionalismo-reflexivismo, diversos desenvolvimentos apontam para um quadro mais nuançado, complexo e plural das posições adotadas pelos investigadores. O realismo crítico dos construtivistas convencionais¹⁵ (como Wendt e Katzenstein por exemplo), o analiticismo proposto por Waltz em sua concepção de teoria e cada vez mais assumido por Wæver na caracterização da teoria da securitização¹⁶, as implicações da crítica imanente nas agendas da teoria crítica da segurança e da teoria crítica da política internacional e alguns exemplos de preocupações metodológicas surgidas no seio das abordagens pós-estruturalistas e feministas¹⁷ são desenvolvimentos contemporâneos importantes que não podem ser captados através da forma dicotômica e reducionista pela qual a polarização racionalismo/reflexivismo, ou neopositivismo/pós-positivismo apresenta o debate metodológico nas relações internacionais.

Tendo em vista esses desenvolvimentos e a diversidade de perspectivas metodológicas que daí emerge, este artigo toma como referência-chave o recente trabalho de Patrick Jackson sobre a conduta da investigação nas relações internacionais, a fim de discutir até que ponto as quatro ontologias filosóficas identificadas pelo autor – neopositivismo, realismo crítico, analiticismo e reflexividade – conseguem indicar um caminho útil e abrangente para a superação da polaridade racionalismo-reflexivismo e a adoção de uma perspectiva mais pluralista e democrática no tratamento das questões de metodologia nas relações internacionais.

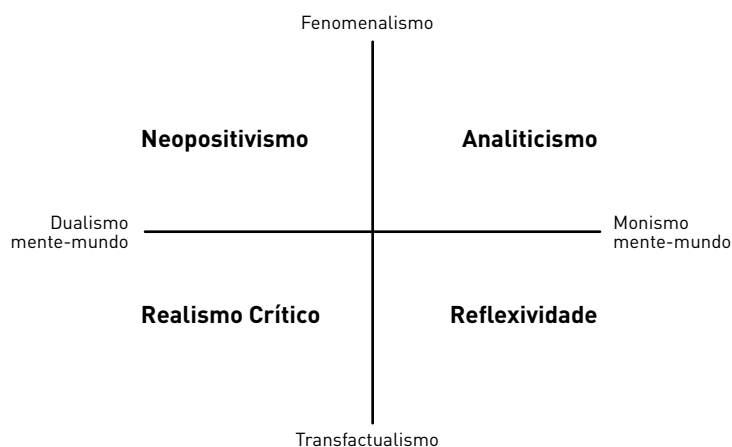
A TIPOLOGIA METODOLÓGICA DE JACKSON

Jackson funda a sua discussão sobre metodologia com base na filosofia da ciência. O ponto de partida do autor é o facto por ele observado de que a filosofia da ciência está praticamente ausente nos programas disciplinares das relações internacionais, o que faz com que a formação dos investigadores seja focada no método e não na metodologia. São sobretudo as preocupações mais práticas relacionadas à coleta e análise de dados, protocolos de seleção de casos, modelagem de escolha racional, uso de ferramentas de análise estatísticas, etc. que orientam a formação pós-graduada e a aprovação dos projetos de investigação na disciplina. Isso não quer dizer, acrescenta Jackson, que as questões de método não sejam relevantes – pois são, na medida em que possibilitam a operacionalização da investigação – mas o método em si não é capaz de definir nem diferenciar as possíveis estruturas lógicas da investigação. Desse modo, ao conectar a metodologia à filosofia da ciência, Jackson não só tira o foco das questões táticas e instrumentais, mas também evita organizar a discussão com base nas correntes e escolas que compõem a arquitetura geral das relações internacionais. Jackson observa que a disciplina das relações internacionais não se organiza segundo linhas conceptuais e filosóficas, mas divide-se, de modo geral, de acordo com escolas ou comunidades de investigação baseadas em tópicos específicos ou fatores causais preponderantes (como «segurança internacional», «economia política», etc.) ou de acordo com diversos «ismos» que, na prática, refletem pequenos grupos de académicos que compartilham uma mesma visão sobre a preponderância de fatores militares, ideacionais ou económicos sobre a política mundial (como realismo, liberalismo ou marxismo). Ainda que se possa considerar esse aspeto uma vantagem do ponto de vista da diversidade do campo como um todo, Jackson considera que isto acaba por criar uma multiplicidade de «ilhas isoladas», dificultando uma linguagem comum que possibilite aos académicos avaliarem as escolhas uns dos outros em relação à maneira de conduzir a investigação. Daí a sua opção por estruturar a discussão sobre metodologia sem partir desse mosaico pulverizado de escolas e comunidades, mas sim partindo da filosofia da ciência. Com isto, Jackson pretende criar «um espaço conceptual comum» que possibilite aos investigadores concordarem ou discordarem «sobre as mesmas coisas ou pelo menos sobre coisas similares», contribuindo assim para «superar o isolamento» que marca o debate sobre as questões de metodologia nas relações internacionais¹⁸.

Dentro dessa proposta, Jackson sugere uma tipologia-ideal composta por quatro perspectivas metodológicas distintas e irreconciliáveis¹⁹ – neopositivismo, realismo crítico, analiticismo e reflexividade – que se fundam no posicionamento filosófico do investigador quanto à relação entre sujeito conhecedor e objeto do conhecimento (dualista ou monista) e a relação entre conhecimento e observação (fenomenalista ou transfactualista). No que se refere à relação sujeito-objeto, a perspectiva dualista reflete a tradicional visão cartesiana de uma mente isolada e independente do mundo externo, enquanto a perspectiva monista desafia essa visão, partindo da premissa de que o mundo

e a mente não nomeiam entidades ontologicamente distintas e independentes, mas se interpenetram e se constituem mutuamente. Quanto à relação entre conhecimento e observação, a perspectiva fenomenalista parte da presunção empirista de que o objeto do conhecimento é limitado às coisas que podem ser observadas, medidas ou experimentadas, enquanto a perspectiva transfactualista presume que nem todo objeto do conhecimento é observável ou mensurável, devendo assim ser interpretado²⁰. A articulação desses dois eixos faz surgir as quatro metodologias anteriormente mencionadas (ver ilustração na figura 1): o neopositivismo surge da combinação dualismo-fenomenalismo; o realismo crítico nasce de uma combinação entre dualismo e transfactualismo; o analiticismo tem origem na combinação monismo-fenomenalismo; e a reflexividade surge da combinação entre monismo e transfactualismo.

Figura 1 > Tipologia metodológica de Jackson



Seguindo a tradição filosófico-científica de Popper, o neopositivismo parte da premissa de que o conhecimento científico só pode ser gerado mediante o teste de hipóteses e de sucessivas tentativas de «falsificar» as reivindicações gerais de verdade através da confrontação com as evidências empíricas. Essa metodologia, segundo Jackson, só faz sentido a partir da combinação de dois pressupostos filosóficos específicos. Em primeiro lugar, a presunção dualista de que o mundo é independente da mente do investigador, o que leva à necessidade imperiosa de sucessivos testes empíricos de hipóteses como única forma «segura» – ou seja, livre do risco de cair em abstrações e arbitrariedades – de atravessar o abismo que separa a mente do investigador e o mundo investigado²¹. O segundo pressuposto é a assunção fenomenalista de que o objeto do conhecimento é limitado às coisas que podem ser observadas e medidas²². As condições impostas por essa combinação de premissas filosóficas e a necessidade de que a teoria espelhe o mundo num grau tão elevado de fidelidade ao ponto de indicar uma generalização ou

uma lei faz com que os neopositivistas se dediquem a sucessivos refinamentos e se obriguem a desenvolver técnicas e procedimentos sofisticados para testar as hipóteses formuladas. O clássico e influente livro de King, Keohane e Verba²³ sobre metodologia qualitativa é a referência-chave usada por Jackson para ilustrar a convergência das relações internacionais para a metodologia neopositivista.

O realismo crítico funda-se numa ontologia filosófica diferente. Segundo Jackson, essa perspectiva metodológica parte da mesma perspectiva neopositivista (e portanto popperiana) do dualismo mente-mundo – ou seja de que o mundo e a mente do investigador são independentes, admitindo assim a necessidade de hipóteses que sejam testadas empiricamente – mas presume que nem todo objeto do conhecimento é observável ou mensurável, ainda que seja real. A isto Jackson chama de transfactualismo. O realismo crítico, portanto, mantém a dicotomia sujeito-objeto, mas estende os limites do conhecimento científico ao inobservável²⁴. É através dessa via que os defensores do realismo crítico nas relações internacionais buscam superar a dicotomia racionalismo-reflexivismo, sugerindo uma via média entre os dois polos. Essa posição, claramente assumida dentro do construtivismo convencional proposto por autores como Wendt, Katzenstein, Kurki e outros, propõe uma ponte entre racionalistas e reflexivistas, argumentando que o conhecimento sobre a política internacional pode ser válido cientificamente sem, contudo, deixar de considerar que «as relações sociais que constituem os estados enquanto estados são potencialmente inobserváveis» e, por essa razão, «requerem uma compreensão não empirista da estrutura do sistema e da análise estrutural». Essa rejeição ao fenomenalismo em favor do transfactualismo significa que a noção do conhecimento cientificamente válido não se pode limitar às experiências observáveis, mas deve ir além delas a fim de alcançar as propriedades, os poderes ou os mecanismos causais mais profundos que dão origem a tais experiências e que não podem ser diretamente percebidos através do processo «quasi experimental» de isolamento de fatores causais defendido pelo neopositivismo. Ainda que o realismo crítico preserve a separação entre a mente e o mundo e, dentro desse dualismo, defenda a construção de hipóteses que possam e devam ser empiricamente testadas, a sua perspectiva transfactualista leva a uma estratégia particular de articulação de tais hipóteses conhecida como inferência abdutiva. Diferente dos usuais modos de inferência dedutivos (que partem de suposições gerais de verdade para chegar a conclusões particulares) e indutivos (que partem de suposições particulares para chegar a conclusões gerais), a abdução é um tipo de inferência que não busca tirar conclusões gerais ou particulares, determinísticas ou probabilísticas, mas sim produzir conjeturas. Rejeitando a rigidez lógica da dedução e da indução, a inferência abdutiva é mais criativa e flexível e parte do quebra-cabeças formado pelo conjunto de dados disponíveis sobre o problema investigado para chegar a uma explanação «plausível» sobre ele. O ponto crucial a destacar, portanto, é que o realismo crítico constrói suas hipóteses para produzir conjeturas ou explicações plausíveis sobre o problema estudado e não para estabelecer a veracidade ou a falsidade de conclusões particulares ou gerais que possam levar a uma previsão generalizável²⁵.

O analiticismo considera que a produção de conhecimento tem por objetivo gerar modelos, o que faz da teoria um constructo abstrato do seu autor destinado a guiar o ordenamento da experiência. Dessa perspectiva, o analiticismo parte da presunção monista (em oposição ao dualismo dos neopositivistas e realistas críticos) de que as teorias e as mentes que as produzem estão ligadas ao mundo numa relação de continuidade, ou seja, partem da premissa de que o mundo e a mente não nomeiam entidades ontologicamente distintas e independentes. Para além disso, o analiticismo coloca a teoria ao serviço do ordenamento da experiência, indicando uma perspectiva fenomenalista da relação entre o conhecimento e a observação. Jackson recorre a Waltz para ilustrar esse tipo de abordagem metodológica. Segundo o autor, ao desenhar a teoria da política internacional, Waltz segue a noção introduzida por Max Weber de que a teoria é uma «tipificação ideal» e, como tal, serve de modelo para a ordenação dos factos da experiência; dessa perspectiva, o valor da teoria não está em sua correspondência com o mundo, mas sim nas consequências pragmáticas resultantes da ordenação dos factos do mundo de acordo com o modelo ideal tipificado²⁶. Essa noção de teoria como um constructo ideal é claramente indicada por Waltz quando afirma que a teoria «não é um edifício da verdade e nem uma reprodução da verdade», mas é uma «pintura mentalmente formada» que fixa os fatores mais importantes de um determinado domínio a fim de os tornar intelectualmente tratáveis²⁷. Dessa perspectiva, sintetiza Jackson, a conceção analiticista de Waltz dá à teoria um carácter instrumental e sua avaliação deve ser feita com base no seu valor enquanto ferramenta de análise, ou seja, em sua capacidade de orientar a organização do complexo caos que envolve a realidade empírica dentro de um quadro mais compreensível e tratável²⁸. Do ponto de vista analiticista, portanto, a ideia de um mundo existente fora da mente do investigador contra o qual as hipóteses possam ser testadas não faz sentido, de modo que é a utilidade (ou inutilidade) da teoria enquanto ferramenta de ordenamento da experiência num caso específico que a torna válida e não o isolamento de uma relação causal generalizável, conforme defendem os neopositivistas, ou a identificação de mecanismos ou poderes causais vislumbrada pelos teóricos críticos.

A quarta metodologia da tipologia de Jackson – a reflexividade – assume uma posição diametralmente oposta à do neopositivismo: ela rejeita o dualismo mente-mundo e o fenomenalismo, assumindo que o que sabemos é inseparável do lugar onde estamos situados quando produzimos conhecimento (monismo) e que a construção teórica pode ir além da evidência observável (transfactualismo). A base da perspectiva reflexivista está na noção de que a teoria é concretamente impactada pela participação do investigador no seu contexto social, o que implica dizer que a ciência não pode fugir ou se isolar das suas próprias condições sociais de produção²⁹. Desse modo, diversamente dos analiticistas – que expressam o seu monismo através de um modelo teórico abstrato enraizado nas preocupações valorativas de seu autor – os reflexivistas desconfiam dos valores que não estejam sujeitos, eles próprios, à crítica ou à transformação dialética

através da confrontação da teoria com as suas condições sociais de produção³⁰. Desse ponto de vista, o aspeto crucial e distintivo da reflexividade é trazer à luz as condições (tácitas ou explícitas) existentes na base da produção do conhecimento, promovendo o exame dialético da relação entre tal conhecimento e suas condições, de modo a alcançar uma visão mais clara e aprofundada das coisas³¹. Sem constituir uma agenda convergente ou universal, a reflexividade nas relações internacionais é exemplificada por Jackson com base na teoria crítica, no pós-colonialismo e, principalmente, no feminismo. Segundo o autor, essa última perspectiva é a que melhor capta a essência da reflexividade nas relações internacionais pois, de forma mais explícita e assumida do que em grande parte do trabalho desenvolvido na tradição marxista, «o feminismo sempre se situa reflexivamente»³². Em função de sua fundação monista/transfactualista – traduzida pela situação do investigador dentro do mundo investigado e por uma produção teórica que não se prende à experiência fenomenal, mas busca transcendê-la para revelar ocultações, silenciamentos e hierarquias veladas e propor caminhos para a transformação – a reflexividade não vê sentido nos protocolos de validação neopositivista (teste e falsificação de hipóteses, generalizações e previsões). Uma vez que não existe um mundo empírico «lá fora», independente da mente do investigador e objetivamente observável, contra o qual as hipóteses possam ser testadas, a produção teórica reflexiva deve ser avaliada pela sua habilidade de provocar uma maior autoconsciência e uma maior autorreflexão não só da parte dos produtores do conhecimento, mas também do seu público destinatário, bem como pela contribuição prática para atingir os propósitos transformativos da teoria³³.

Todo esse trabalho de Jackson serve para sustentar o argumento central de que o campo das relações internacionais é «irreduzivelmente pluralista, capaz de ser inteiramente articulado em pelo menos quatro variações»³⁴ metodológicas. Desse modo, seu esforço de tipificação não é um trabalho que se esgota em si mesmo, mas serve o propósito maior de justificar a coexistência e a tolerância entre as diferentes estratégias de produção de conhecimento na disciplina. Isso aponta, inevitavelmente, para a necessidade de repensar a noção de ciência. Se é importante manter o estatuto de «ciência social» na produção de conhecimento nas relações internacionais, afirma Jackson, é preciso buscar uma compreensão mais aberta sobre o que se entende por conhecimento científico, a fim de abrigar o amplo leque de posições metodológicas que têm disputado uma voz nesse amplo debate. Desse modo, seguindo Max Weber, o autor propõe uma definição mais alargada de ciência – como sendo a «ordenação refletida da realidade empírica através da aplicação criteriosa e rigorosa de um conjunto de conceitos e teorias»³⁵ – e argumenta que, nesse sentido abrangente, a ciência pode absorver «qualquer modo de produção de conhecimento que seja sistematicamente focado na geração de factos sobre o mundo e permita que a comunidade de investigação científica trabalhe, de forma colaborativa e pública, no aprimoramento do estoque de conhecimento existente»³⁶.

Dentro dessa noção, o autor destaca três elementos necessários a qualquer investigação que reivindique o estatuto de ciência nas relações internacionais: sistematização (entendida como uma linha clara e consistente entre os pressupostos e a conclusão); criticismo público (entendido como a abertura ao debate, aí incluindo não só a comunidade acadêmica, mas também o público envolvido com as práticas relacionadas ao conhecimento produzido); e conhecimento «mundano» (entendido como o vínculo com o mundo, não necessariamente no sentido fenomenológico do termo, o que seria reducionista, mas num sentido aberto a qualquer que seja a concepção de mundo na disciplina). Considerando que tal perspectiva favorece uma compreensão mais aberta sobre o esta-

JACKSON AFIRMA SER POSSÍVEL, SUPERAR A IDEIA DA SUPREMACIA DO MODELO DE RIGOR HERDADO DA TRADIÇÃO POSITIVISTA E CONSIDERAR QUE AS QUATRO PERSPETIVAS METODOLÓGICAS POR ELE IDENTIFICADAS INDICAM CAMINHOS DIFERENTES A PARTIR DOS QUAIS A INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA PODE SER DESDOBRADA

tuto científico das relações internacionais, Jackson afirma ser possível, então, superar a ideia da supremacia do modelo de rigor herdado da tradição positivista e considerar que as quatro perspectivas metodológicas por ele identificadas indicam caminhos diferentes a partir dos quais a investigação científica pode ser desdobrada, todas elas capazes de produzir conhecimento científico válido – sendo tal validade entendida «de acordo com os padrões internos de cada metodologia» e não de acordo com um padrão de validação universal³⁷.

O PLURALISMO METODOLÓGICO EM DEBATE

O pluralismo metodológico tem sido geralmente defendido nas relações internacionais com base na diversidade de métodos³⁸. Se de um lado, esse debate é altamente relevante num contexto de preocupações táticas e operacionais da investigação científica, de outro lado, esse tipo de pluralismo tem menor importância dentro da concepção mais estratégica de metodologia assumida neste artigo. Conforme comentado anteriormente, nada impede, em princípio, que o mesmo método seja usado indistintamente em qualquer tipo de investigação: uma pesquisa documental, por exemplo, pode ser utilizada no processo de rastreamento (*process tracing*) de uma causa ou mecanismo causal, pode servir para coletar evidências num estudo de caso destinado a testar hipóteses ou pode ser a base de uma análise de discurso; a realização de entrevistas pode contribuir, por exemplo, para a desconstrução de um texto ou documento, para o rastreamento de processos causais, ou para uma análise de narrativa³⁹. Múltiplos métodos (qualitativos e quantitativos) também podem ser combinados numa mesma investigação⁴⁰. Ainda que a multiplicidade nesse sentido técnico apresente desafios e controvérsias igualmente importantes⁴¹, não se pode dizer que a diversidade ou a combinação de métodos dentro de uma única estratégia de investigação constitua algum tipo de pluralismo metodológico que traduza caminhos genuinamente diferentes na produção de conhecimento⁴².

Ao nível mais estratégico da produção de conhecimento, a defesa do pluralismo metodológico tem sido menos frequente nas relações internacionais. Não se pode dizer, contudo, que as questões relativas ao isolamento, à falta de diálogo e às reivindicações de pluralidade metodológica sejam uma novidade na disciplina. Em 2003, um fórum na *International Studies Review*⁴³ já tentava aumentar a visibilidade dessas questões, colocando em discussão a possibilidade de diálogo, pluralismo ou síntese no terceiro debate. De modo geral, os participantes do fórum compartilhavam a necessidade de aumentar o diálogo entre racionalistas e reflexivistas. Buscavam com esse diálogo, porém, defender três pontos de chegada distintos: uma síntese metodológica subordinada aos pressupostos neopositivistas nos moldes propostos por Keohane⁴⁴; um meio-termo entre racionalismo e reflexivismo inspirado na «via média» proposta por Wendt⁴⁵; ou um pluralismo metodológico baseado na tolerância e na coexistência igualitária entre as diferentes formas de produção de conhecimento na disciplina⁴⁶. Essa terceira posição envolve, obviamente, grandes desafios e os autores que a defendiam naquele fórum já enumeravam as principais barreiras. Uma dessas barreiras vinha das perspectivas que (autoinvestidas de uma superioridade na abordagem aos problemas do mundo) tentavam sintetizar, hierarquizar ou marginalizar as perspectivas alternativas (crítica dirigida principalmente aos neopositivistas, mas também aos construtivistas convencionais que, defendendo uma síntese no meio-termo, acreditavam ter encontrado a única solução capaz de superar a disputa entre racionalistas e reflexivistas). Outra barreira ao pluralismo apontada naquele fórum era a falta de uma base comunicativa comum e equilibrada que favorecesse o diálogo entre as diversas perspectivas metodológicas e, ao mesmo tempo, preservasse as diferenças e particularidades de cada uma delas⁴⁷.

São essas questões e barreiras ao pluralismo que o extraordinário e sofisticado trabalho de Jackson tenta retomar e superar. Embora não se possa tirar a Jackson o grande mérito de tentar responder a uma das questões cruciais dentro do quarto grande debate⁴⁸ – isto é, como estimular o diálogo e favorecer um pluralismo metodológico que permita superar a hegemonia do polo racionalista-neopositivista – é importante notar que o seu modelo não fica imune a alguns criticismos. De um lado, a inclusão da reflexividade (e de sua dimensão crítica e normativa) dentro de um estatuto científico pode parecer um movimento demasiado radical ou até mesmo «herético» do ponto de vista racionalista, especialmente no seio do debate científico americano⁴⁹; de outro lado, os próprios reflexivistas podem não se reconhecer dentro dessa narrativa de cientificidade. Do primeiro lado, a postura racionalista já é amplamente conhecida e a clássica posição de Keohane em favor da abertura das relações internacionais para as abordagens reflexivistas (desde que subordinada aos parâmetros científicos neopositivistas) já foi discutida anteriormente neste artigo. Do segundo lado, a posição de Sylvester num recente fórum sobre o trabalho de Jackson⁵⁰ é uma boa ilustração da insatisfação de alguns segmentos reflexivistas com o rótulo de ciência atribuído pelo autor. Embora Sylvester reconheça o extraordinário esforço dedicado por Jackson na desmontagem da visão de

que determinadas interpretações da ciência social são melhores ou mais verdadeiras do que as outras, ela relembra que o pós-estruturalismo, «conhecido por seus variados argumentos contra posições fundacionais e verdades fixas e a favor de narrativas alternativas sobre o social», é completamente ignorado na argumentação do autor⁵¹. Desse modo, ainda que se deva aplaudir o propósito de Jackson de abrir as relações internacionais para uma abordagem «pós fundacional»⁵² comprometida com a diversidade metodológica e com a superação do «mito» da supremacia neopositivista, Sylvester acredita que a insistência do autor em afirmar o caráter científico da sua tipologia, reforçando o estatuto de ciência assumido pelos fundadores da disciplina, acaba impondo uma barreira na busca de seu propósito. Segundo Sylvester, as relações internacionais formam um campo em movimento, ainda em estruturação, onde novas portas se abrem a cada dia para deixar «o mundo entrar e prover conhecimento em seus próprios múltiplos termos»; desse ponto de vista, a «renovação de uma antiga ênfase na ciência», mesmo que sob uma roupagem mais flexível, pode trazer como consequência a rutura e o cerceamento de novas possibilidades de investigação⁵³. Embora Jackson dedique parte do seu texto argumentando que o feminismo é a perspectiva que melhor exemplifica uma ciência reflexiva das relações internacionais, Sylvester observa que o autor se inspira em antigos escritos feministas sobre a filosofia da ciência, até certo ponto ultrapassados⁵⁴, e questiona se o autor tem, de facto, familiaridade com os desenvolvimentos e a diversidade da atual agenda de investigação feminista nas relações internacionais, onde as posições pós-estruturalistas e a arte (ambas excluídas no argumento de Jackson) ocupam um espaço cada vez maior⁵⁵. Com isso, o que Sylvester quer mostrar é que o pluralismo metodológico de Jackson não é assim tão plural: ao mesmo tempo que o autor abre as portas para abrigar a reflexividade, dando a ela o mesmo grau de importância do neopositivismo, do realismo crítico e do analiticismo, a sua tipologia metodológica acaba por funcionar como um dispositivo seletivo que barra a entrada de tudo que não possa ser designado por ciência.

Se essa discussão deixa claro que o pluralismo metodológico defendido por Jackson só vigora dentro dos limites demarcados pela ciência – e o próprio autor é explícito a esse respeito quando afirma que a sua tipologia se destina àqueles que querem «fazer relações internacionais cientificamente»⁵⁶ – é importante também observar que, mesmo dentro desses limites, o seu argumento em defesa da pluralidade suscita alguns problemas. Um deles, seguindo aqui a crítica de Humphreys⁵⁷, é a constatação de que o que realmente diferencia cada metodologia dentro da tipologia de Jackson são as suas premissas filosóficas e não as diversas estratégias explanatórias utilizadas pelos investigadores nas Relações Internacionais, em geral escolhidas mais por convenções e necessidades práticas impostas pelas questões da investigação do que por elucubrações lógicas inspiradas na filosofia da ciência. Desse ponto de vista, observa Humphreys, o máximo que a tipologia de Jackson consegue refletir é um «pluralismo sobre assunções filosóficas e não sobre metodologias», ou seja, ela pouco diz a respeito das «estratégias

explanatórias convencionalmente associadas a essas assunções» quando se levam em conta as agendas e os programas de investigação nas relações internacionais⁵⁸.

Também problemático e contestável é o argumento defendido por Jackson de que a filosofia da ciência fornece bases mais consistentes para o debate metodológico do que as escolas, correntes e programas de investigação nas relações internacionais. Ao contrário dessa posição, a utilidade da filosofia da ciência na legitimação das relações internacionais não é assim tão autoevidente⁵⁹ e tem sido questionada, em diferentes graus, por alguns autores. Segundo Wight, ancorar as relações internacionais na filosofia da ciência – em vez de considerar as suas bases políticas, éticas ou ideológicas – não leva, necessariamente, a uma maior autorreflexão⁶⁰ e as delimitações e fronteiras criadas por esse tipo de discussão meta-teórica talvez não sejam assim tão úteis quando transpostas para as preocupações mais pragmáticas dos investigadores: «quando se defronta com a investigação empírica concreta», afirma Wight, «é questionável se alguém pode consistentemente ocupar qualquer uma dessas posições (logicamente delimitadas pela filosofia da ciência) e ainda assim manter a coerência»⁶¹.

TAMBÉM PROBLEMÁTICO E CONTESTÁVEL
É O ARGUMENTO DEFENDIDO POR JACKSON DE
QUE A FILOSOFIA DA CIÊNCIA FORNECE
BASES MAIS CONSISTENTES PARA O DEBATE
METODOLÓGICO DO QUE AS ESCOLAS,
CORRENTES E PROGRAMAS DE INVESTIGAÇÃO
NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.

Kratoschwil, que também relativiza a função da filosofia da ciência no estudo da política internacional, comenta que «as considerações sobre métodos e as questões metateóricas, embora importantes, não substituem as discussões substantivas sobre os problemas políticos que enfrentamos»; desse modo, guiar a investigação pelos «problemas ou questões», tratando primeiro das «nossas preocupações comuns, isto é, da política pura e simples», pode sugerir uma estratégia de investigação mais frutífera do que aquelas indicadas por «preocupações primárias com técnicas ou metodologia»⁶².

Numa crítica direta ao trabalho de Jackson, a importância das fundações políticas na condução da investigação em relações internacionais é especialmente destaca por Suganami⁶³. Segundo o autor, o que marca as diferentes metodologias é o tipo de questão a elas subjacente: como se pode prever e possivelmente controlar a ocorrência de um certo tipo de evento? Como um certo evento veio a ocorrer ou uma determinada situação evoluiu? Que fatores, numa dada condição, contribuem para a reprodução da estrutura social que faz emergir os problemas em análise? Suganami considera que o investigador pode estar interessado em alguma ou em todas essas questões, ou talvez em outros tipos de questão; em qualquer caso, porém, a decisão do investigador «não é um problema de escolha ontológico-filosófica, fé ou gosto, mas sim de julgamento político»⁶⁴. Ancorando sua análise na sociologia da ciência, Gunnell⁶⁵ também ecoa esse tipo de crítica e chama a atenção para o facto de Jackson não levar em consideração o contexto político que está por trás das assunções filosóficas por ele destacadas.

Segundo o autor, ao propor um léxico inteiramente derivado da filosofia da ciência, Jackson não reflete as condições históricas e as práticas concretas com que se defrontam os investigadores envolvidos com o estudo da política internacional. Gunnell considera que o pluralismo metodológico de Jackson falha em perceber que a ciência social não se baseia tanto em ontologias filosóficas primordiais que possam ser reduzidas aos eixos dualismo/monismo ou fenomenalismo/transfactualismo, mas funda-se no que o próprio Jackson chama de «ontologias científicas», ou seja, nas assunções teóricas sobre o que constitui o mundo (por outras palavras, nas visões substantivas do mundo). Ao contrário da neutralidade e da ordem que regem o domínio das ontologias filosóficas, prossegue Gunnell, o que vigora no terreno das ontologias científicas é uma competição e uma eterna disputa de ideias e visões de mundo, fortemente influenciadas por questões políticas, ideológicas e institucionais, que dificilmente podem ser contidas dentro do «ecumenismo» metodológico de Jackson.

Para além dessas observações sobre as questões substantivas com que se defrontam os investigadores em suas escolhas metodológicas, que não se refletem no pluralismo metodológico de Jackson, uma fragilidade adicional é apontada Banks e O'Mahoney: as ontologias filosóficas que fundam as quatro metodologias de Jackson são mutuamente excludentes e logicamente irreconciliáveis⁶⁶; isto parece problemático para esses dois autores, na medida em que essa incompatibilidade faz com que a combinação de metodologias dentro de uma mesma estratégia de investigação deixe de ser uma opção válida, embora uma estratégia metodológica mista possa parecer, em muitos casos, mais adequada ao tratamento das múltiplas questões e desafios práticos com que se defrontam os investigadores⁶⁷. Jackson responde a essas críticas, reafirmando a incompatibilidade entre as quatro metodologias em função de uma preocupação com a preservação da coerência metodológica. Segundo o autor, «toda a peça logicamente coerente de ciência social acaba por ter uma garantia epistémica dominante para suas reivindicações de validade, mesmo se ela deriva alguma dessas reivindicações de outras fontes»⁶⁸. Por exemplo, explica o autor, o teste de uma hipótese derivada de um modelo formal não é um caso de combinação de neopositivismo com analiticismo ou de pluralismo metodológico, mas sim uma estratégia tipicamente neopositivista (na medida em que a lógica dominante é o teste de hipótese).

Essa posição de Jackson pode ser claramente ilustrada através da polémica em torno da sua classificação de Waltz como analiticista e não como neopositivista. Questionando esse enquadramento, alguns críticos de Jackson têm tentado destacar o neopositivismo de Waltz ou vislumbrado, no máximo, a possibilidade de que o analiticismo tenha sido combinado com o neopositivismo dentro da obra do autor⁶⁹. Jackson, porém, é firme ao destacar que, embora alguma ambiguidade terminológica sobre o teste de hipóteses possa ser encontrada nos textos de Waltz (levando à usual, porém enganadora, leitura do autor como neopositivista), uma reconstrução baseada em sua obra seminal, *Theory of International Politics*⁷⁰, e em alguns comentários contrários a previsões e teste de hipó-

teses em alguns de seus textos subsequentes, faz emergir uma postura metodológica inequivocamente analiticista no seu trabalho⁷¹ – convergindo, desse modo, para o mesmo tipo de leitura analiticista feita por W ver sobre a «teoria da teoria» de Waltz⁷². Ainda assim, explica Jackson, nada impede que um investigador continue a fazer uma leitura neopositivista de Waltz, «extraindo assunções de seus textos, convertendo-as em proposições falsificáveis e procedendo a testes»; afinal de contas, «essa é, precisamente, a forma como os neopositivistas devem trabalhar»⁷³. O que não se pode admitir, sob o risco de perda da coerência e rutura das fronteiras lógicas que distinguem cada metodologia, é que esse investigador pretenda que os resultados desses testes tenham alguma influência sobre o modelo pensado por Waltz (reforçando-o, falsificando-o ou alterando-o) ou que a simples «testabilidade» das proposições extraídas desse modelo sirva, por si só, para «comprovar» que a sua fonte original (a teoria de Waltz) é neopositivista. Do ponto de vista de Jackson, esse tipo de procedimento, mesmo se articulado dentro de um argumento em prol da combinação de metodologias, não reflete um pluralismo metodológico. Ao contrário, diz o autor, ele desrespeita a diversidade e as diferentes formas de validação do conhecimento nas relações internacionais, elegendo uma só metodologia (a neopositivista) como se ela se confundisse com os próprios limites da ciência⁷⁴.

CONCLUSÃO: POR UM PLURALISMO QUE INCLUA AS MARGENS

A grande ambição do livro de Jackson é propor um vocabulário comum para a discussão das questões de metodologia nas relações internacionais e a criação, através desse léxico, das condições básicas necessárias a um diálogo mais produtivo e transparente, bem como à coexistência mais democrática e tolerante entre as diversas formas de produção de conhecimento científico na disciplina. No âmbito desse projeto, o pluralismo metodológico defendido por Jackson tem um foco bem preciso – o diálogo e a coexistência igualitária entre neopositivismo, realismo crítico, analiticismo e reflexividade – dentro de um espaço bem demarcado – o da ciência social.

Embora Jackson não posicione o seu trabalho dentro de uma das metodologias por ele tipificadas, as indicações do seu analiticismo são claras. Em resposta aos seus críticos, o autor afirma que a função da sua tipologia é orientar e organizar o debate metodológico e não fornecer um mapa fiel «do campo das

Relações Internacionais e das suas possibilidades metodológicas» ou «classificar» os caminhos realmente adotados pelos investigadores na produção de conhecimento na disciplina⁷⁵; o que emerge dessa declaração, portanto, é um quadro francamente analiticista. Dessa perspectiva, a sua tipologia deve ser vista como um modelo ideal cons-

O PLURALISMO METODOLÓGICO DEFENDIDO
POR JACKSON TEM UM FOCO BEM PRECISO
– O DIÁLOGO E A COEXISTÊNCIA IGUALITÁRIA
ENTRE NEOPOSITIVISMO, REALISMO CRÍTICO,
ANALITICISMO E REFLEXIVIDADE – DENTRO
DE UM ESPAÇO BEM DEMARCADO
– O DA CIÊNCIA SOCIAL.

truído em torno de um aparato conceptual fixo e simplificado que não pode ser avaliado por sua capacidade (ou incapacidade) de representar, fotografar, ou mapear todos os debates em curso nas relações internacionais. O valor da sua tipologia é instrumental e a sua utilidade explanatória está exatamente na capacidade que tem de, ao ser confrontada com as preocupações, práticas e agendas concretas da investigação nas relações internacionais, organizar tais preocupações e práticas dentro de um quadro conceptual comum, destacar as suas principais características, identificar seus silenciamentos e apontar suas inconsistências e incoerências lógicas.

Se de um lado, esse viés analiticista e o rótulo de ciência reclamado por Jackson dão força à sua metateoria – pois produzem uma ferramenta de análise útil e sugerem uma ética metodológica democrática e tolerante dentro do espaço regulado pelo estatuto de cientificidade que, tradicionalmente, tem legitimado as relações internacionais enquanto campo de estudos – de outro lado, o pluralismo metodológico daí derivado parece frágil demais para aqueles que, em diferentes graus, não compartilham essas mesmas bases na produção de conhecimento na disciplina. Conforme mostram alguns dos críticos de Jackson, há outras fundações e interpretações sobre o que conta como ciência nas relações internacionais, que são impactadas mais por aspetos políticos, ideológicos e institucionais, ou pelas questões e preocupações práticas da investigação, do que pela coerência lógica das ontologias filosóficas primordiais que possam estar na base da produção de conhecimento. Para esses autores, parece discutível se a tipologia de Jackson e o seu pluralismo metodológico conseguem refletir e impactar as relações internacionais na mesma proporção do seu extraordinário e grandioso esforço intelectual.

O pluralismo de Jackson parece ainda mais questionável para aqueles que não se sujeitam a ser disciplinados pela ideia regulativa da ciência. O autor concebe a sua matriz metodológica dentro de uma concepção de ciência que, mesmo alargada para absorver a reflexividade, mantém-se dentro de um «espírito» científico suficientemente forte para manter o estatuto assumido pelos fundadores das relações internacionais e diferenciar-se de outros domínios e abordagens como os «trabalhos artísticos», as «avaliações éticas» ou os «comentários políticos»⁷⁶. Para os autores que não se reconhecem dentro dessa narrativa científica (por exemplo, os pós-estruturalistas, alguns segmentos feministas e pós-colonialistas, e os autores que têm recorrido à arte para defender uma «viragem estética»⁷⁷ no estudo da política internacional), a discussão metateórica de Jackson não passa de mais uma tentativa de «disciplinar» a disciplina e o seu apego ao rótulo de ciência continua a demarcar uma fronteira que inibe uma discussão verdadeiramente diversificada e plural da metodologia nas relações internacionais. O que a discussão de Jackson deixa de perceber, e que parece crucial do ponto de vista de um pluralismo metodológico mais inclusivo e democrático, é que tais abordagens, mesmo resistindo ao rótulo de ciência e recorrendo a fontes alternativas do saber (como a arte por exemplo), não deixam de ter preocupações com a sistematicidade, com o rigor, com a teorização e a produção de conceitos, com o criticismo público e com a vinculação das suas reflexões

teóricas aos problemas do mundo. Portanto, exceto pelo convencional, impreciso e contestado rótulo de ciência, nada parece desabonar essas abordagens enquanto alternativas legítimas de produção de conhecimento nas relações internacionais.

Considerados todos esses aspectos, este artigo conclui que, embora se deva valorizar e reconhecer o importante esforço intelectual e a relevante contribuição de Jackson para o debate sobre metodologia nas relações internacionais, é preciso repensar o pluralismo metodológico a partir de um ângulo mais abrangente. Para superar a estéril polarização racionalismo-reflexivismo, é preciso ir além da perspectiva de Jackson e vislumbrar um pluralismo metodológico onde todas as vozes que disputam um espaço no domínio das relações internacionais possam ser ouvidas e consideradas em seus próprios termos. Daí a importância crucial do tipo de criticismo apresentado por Sylvester, sintetizado na terceira secção deste artigo, que fornece indicações valiosas e relevantes para uma intervenção realmente pluralista e transformadora no debate sobre metodologia nas relações internacionais. **RI**

Data de receção: 23 de agosto de 2013 | Data de aprovação: 24 de março de 2014

NOTAS

¹ JACKSON, Patrick T. – *The Conduct of Inquiry in International Relations: Philosophy of Science and its Implications for the Study of World Politics*. Abingdon: Routledge, 2011.

² Ver, por exemplo, *Millennium: Journal of International Studies*. Vol. 41, N.º 2, 2013; *Qualitative & Multi-Method Research*. Vol. 8, N.º 1, 2010.

³ STRYDOM, Piet – *Contemporary Critical Theory and Methodology*. Londres: Routledge, 2011, p. 8.

⁴ *Ibidem*, p. 7.

⁵ JACKSON, Patrick T. – *The Conduct of Inquiry in International Relations*, p. 25.

⁶ *Ibidem*.

⁷ *Ibidem*, pp. 25-32.

⁸ KEOHANE, Robert O. – «International institutions: two approaches». In *International Studies Quarterly*. Vol. 32, N.º 4, 1988, pp. 379-396.

⁹ *Ibidem*, p. 393.

¹⁰ Ou «terceiro grande debate» segundo autores como Wendt ou Lapid [WENDT, Alexander – «On constitution and causation in International Relations». In *Review*

of International Studies. Vol. 24, N.º 5, 1998, pp. 101-118; LAPID, Yosef – «The Third Debate: On the Prospects of International Theory in a 'Post-Positivist' Era». In *International Studies Quarterly*. Vol. 33, N.º 3, 1989, pp. 235-254]. De modo diferente, autores como Wæver ou Kurki e Wight consideram que a disputa entre neorealismo e neoliberalismo deve ser considerada o terceiro grande debate da disciplina, daí a opção por designar a atual polarização racionalismo versus reflexivismo ou neopositivismo versus pós-positivismo como o «quarto grande debate» [WÆVER, Ole – «Waltz's theory of theory». In *International Relations*. Vol. 23, N.º 2, 2009, pp. 215-217; KURKI, Milja, e WIGHT, Colin – «International Relations and Social Science». In DUNE, Tim, KURKI, Milja, e SMITH, Steve (eds.) – *International Relations Theories: Discipline and Diversity*. Oxford: Oxford University Press, 2007, pp. 13-35].

¹¹ WÆVER, Ole – «Waltz's theory of theory», p. 217.

¹² *Ibidem*, p. 215.

¹³ JACKSON, Patrick T. – *The Conduct of Inquiry in International Relations*, p. 29.

¹⁴ Ver, por exemplo, DUNE, Tim, KURKI, Milja, e SMITH, Steve (eds.) – *International Relations Theories: Discipline and Diversity*.

Oxford: Oxford University Press, 2007; CARLSNAES, Walter, RISSE, Thomas, e SIMMONS, Beth (eds.) – *Handbook of International Relations*. Londres: Sage, 2013.

¹⁵ Convencional no sentido em que aceita alguns aspectos-chave da teoria sistémica neorealista, como a centralidade do estado por exemplo, e tenta ela própria constituir-se como uma teoria sistémica alternativa, situada na via média entre o racionalismo e o reflexivismo. Uma segunda vertente, chamada de construtivismo crítico, rejeita essa «via média» proposta pelo construtivismo convencional e assume uma perspectiva francamente pós-positivista sobre a construção social da realidade, colocando no centro de sua agenda de investigação o discurso, a linguagem, o sentido, e adoptando uma posição crítica em relação às reivindicações de verdade e às relações de poder [AGIUS, Christine – «Social Constructivism». In COLLINS, Alan (ed.) – *Contemporary Security Studies*. Oxford: Oxford University Press, segunda edição, 2010, p. 61].

¹⁶ WÆVER, Ole – «Waltz's theory of theory»; WÆVER, Ole – «Politics, security, theory». In *Security Dialogue*. Vol. 42, N.º 4-5, 2011, pp. 465-480.

¹⁷ Ver, por exemplo, ACKERLY, A. Brooke, STERN, Maria, e TRUE, Jacqui (eds.) – *Fem-*

- inist Methodologies for International Relations*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006; HANSEN, Lene – *Security as Practice: Discourse analysis and the Bosnian war*. Abingdon: Routledge, 2006; MALMVG, Helle – *State Sovereignty and Intervention: A Discourse Analysis of Interventionary and Non-interventionary Practices in Kosovo and Algeria*. Abingdon: Routledge, 2006.
- 18** JACKSON, Patrick T. – *The Conduct of Inquiry in International Relations*, p. 39.
- 19** *Ibidem*, p. 33.
- 20** *Ibidem*, p. 35-36.
- 21** *Ibidem*, p. 64.
- 22** *Ibidem*, p. 37.
- 23** KING, Gary, KEOHANE, Robert, e VERBA, Sidney – *Designing Social Inquiry: Scientific Inference in Qualitative Research*.
- 24** JACKSON, Patrick T. – *The Conduct of Inquiry in International Relations*, p. 74.
- 25** JACKSON, Patrick T. – *The Conduct of Inquiry in International Relations*, pp. 74, 82, 83.
- 26** *Ibidem*, p. 114.
- 27** WALTZ, Kenneth N. – *Theory of International Politics*, p. 8.
- 28** JACKSON, Patrick T. – *The Conduct of Inquiry in International Relations*, p. 113.
- 29** *Ibidem*, p. 173.
- 30** *Ibidem*, p. 168.
- 31** *Ibidem*, p. 167.
- 32** *Ibidem*, p. 184.
- 33** *Ibidem*, pp. 197-198.
- 34** *Ibidem*, p. 189.
- 35** *Ibidem*, p. 192.
- 36** *Ibidem*, p. 189.
- 37** *Ibidem*, p. 191.
- 38** Por exemplo: KING, Gary, KEOHANE, Robert, e VERBA, Sidney – *Designing Social Inquiry: Scientific Inference in Qualitative Research*; KLOTZ, Audie, e PRAKASH, Deepa (eds.) – *Qualitative Methods in International Relations: A Pluralist Guide*. Basingstoke: Palgrave, 2008; MAOZ, Zeev, MINTZ, Alex, MORGAN, Clifton T., PALMER, Glenn, e STOLL, Richard J. (eds.) – *Multiple Paths to Knowledge in International Relations*. Oxford: Lexington Books, 2004; SPRINZ, Detlef, e WOLINSKY-NAHMIA, Yael (eds.) – *Models, Numbers & Cases: Methods for Studying International Relations*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2004; POTEETE, Amy R. – «Multiple methods in practice». In *Qualitative & Multi-Method Research*. Vol. 8, N.º 1, 2010, pp. 28-34.
- 39** HOWARD, Peter – «Triangulating debates within the field: teaching international relations research methodology». In *International Studies Perspectives*. Vol. 11, N.º 4, 2010, pp. 394, 407.
- 40** POTEETE, Amy R. – «Multiple Methods in Practice».
- 41** Ver, por exemplo, *Qualitative & Multi-Method Research* (publicação semestral tematicamente dedicada ao «estudo, desenvolvimento e prática das técnicas de investigação multimétodos») da *The American Political Science Association*.
- 42** JACKSON, Patrick T. – «Pluralizing Social Science». In *Qualitative & Multi-Method Research*. Vol. 8, N.º 1, 2010, p. 22.
- 43** HELLMANN, Gunther (ed.) – «The forum: are dialogue and synthesis possible in international relations». *International Studies Review*. Vol. 5, N.º 1, 2003, pp. 123-153.
- 44** MORAVCSIK, Andrew – «Theory synthesis in international relations: real not metaphorical». In *International Studies Review*. Vol. 5, N.º 1, 2003, pp. 131-136; HARVEY, Frank, e COBB, Joel – «Multiple dialogues, layered syntheses, and the limits of expansive cumulation». In *International Studies Review*. Vol. 5, N.º 1, 2003, pp. 144-147. A posição de Keohane, já comentada anteriormente neste artigo, está em KEOHANE, Robert O. – «International institutions: two approaches».
- 45** No fórum, esse meio-termo foi defendido por Lapid, embora em novas bases: em vez do foco nas qualidades epistemológicas privilegiadas por Wendt, Lapid repensa a via média com base nas suas potencialidades de comunicação e diálogo [LAPID, Yosef – «Though dialogue to engaged pluralism: the unfinished business of the third debate». In *International Studies Review*. Vol. 5, N.º 1, 2003, pp. 128-131]. Sobre a «via média» de Wendt, ver: WENDT, Alexander – «On the Via Media: a response to the critics». In *Review of International Studies*. Vol. 26, N.º 1, 2000, pp. 165-180.
- 46** KRATOCHWILL, Friedrich – «The monologue of "Science"». In *International Studies Review*. Vol. 5, N.º 1, 2003, pp. 124-128; NEWMANN, Iver B. – «International relations as emergent bakhtinian dialogue». In *International Studies Review*. Vol. 5, N.º 1, 2003, pp. 137-140; SMITH, Steve – «Dialogue and the reinforcement of orthodoxy in international relations». In *International Studies Review*. Vol. 5, N.º 1, 2003, pp. 141-143.
- 47** Para um panorama geral dessas barreiras ao pluralismo, ver por exemplo, KRATOCHWILL, Friedrich – «The monologue of "Science"», pp. 125-126; NEWMANN, Iver B. – «International relations as emergent bakhtinian dialogue», p. 140; SMITH, Steve – «Dialogue and the reinforcement of orthodoxy in international relations», pp. 142-143.
- 48** Ou terceiro grande debate conforme nota 10.
- 49** SYLVESTER, Christine – «The elusive arts of reflexivity in the "sciences" of international relations». In *Millennium: Journal of International Studies*. Vol. 41, N.º 2, 2013, p. 310.
- 50** Ver fórum em *Millennium: Journal of International Studies*. Vol. 41, N.º 2, 2013.
- 51** SYLVESTER, Christine – «The elusive arts of reflexivity in the "sciences" of international relations», p. 312.
- 52** JACKSON, Patrick T. – *The Conduct of Inquiry in International Relations*, p. 189.
- 53** SYLVESTER, Christine – «The elusive arts of reflexivity in the "sciences" of international relations», p. 325.
- 54** *Ibidem*, pp. 315-319. Sylvester refere-se, particularmente, às posições defendidas por Harding sobre a questão do "posicionamento" feminista na busca de uma "boa ciência" reflexiva.
- 55** *Ibidem*, p. 319.
- 56** *Ibidem*, p. 370.
- 57** HUMPHREYS, Adam C. – «Applying Jackson's methodological ideal-types: problems of differentiation and classification». In *Millennium: Journal of International Studies*. Vol. 41, N.º 2, 2013, pp. 290-309.
- 58** *Ibidem*, p. 307.
- 59** WIGHT, Colin – «Philosophy of social science and international relations». In CARLSNAES, Walter, RISSE, Thomas, e SIMMONS, Beth (eds.) – *Handbook of International Relations*. Londres: Sage, 2013, pp. 24, 32.
- 60** WIGHT, Colin – «Philosophy of social science and international relations», p. 40.
- 61** *Ibidem*, p. 41.
- 62** KRATOCHWILL, Friedrich – «The monologue of "Science"», pp. 128.
- 63** SUGANAMI, Hidemi – «Meta-Jackson: rethinking Patrick Thaddeus Jackson's conduct of inquiry».
- 64** *Ibidem*, pp. 268-269.
- 65** GUNNELL, John G. – «Making sense of the study of international relations: seeking a guide for the perplexed». In *Qualitative & Multi-Method Research*. Vol. 8, N.º 1, 2010, pp. 13-17.
- 66** JACKSON, Patrick T. – *The Conduct of Inquiry in International Relations*, p. 33.
- 67** Banks, David E., e O'MAHONEY, Joseph – «The conduct of inquiry in international relations: The view from graduate school». In *Qualitative & Multi-Method Research*. Vol. 8, N.º 1, 2010, p. 12.
- 68** JACKSON, Patrick T. – «Pluralizing social science», p. 22.

- 69** Ver, por exemplo, GRYNAVISKI, Eric – «Do our philosophical commitments matter?» In *Qualitative & Multi-Method Research*. Vol. 8, N.º 1, 2010, pp. 7-8; HUMPHREYS, Adam C. – «Applying Jackson's methodological ideal-types: problems of differentiation and classification», pp. 301-305.
- 70** WALTZ, Kenneth N. – *Theory of International Politics*. Nova York: McGraw-Hill, 1979.
- 71** JACKSON, Patrick T. – «Pluralizing social science», p. 21.
- 72** WÆVER, Ole – «Waltz's theory of theory»; WÆVER, Ole – «Politics, security, theory».
- 73** JACKSON, Patrick T. – «Pluralizing social science», p. 21.
- 74** *Ibidem*.
- 75** JACKSON, Patrick T. – «Preparing the Ground for a more hospitable international relations». In *Millennium: Journal of International Studies*. Vol. 41, N.º 2, 2013, pp. 375-376; JACKSON, Patrick T. – «Pluralizing social science», p. 21.
- 76** JACKSON, Patrick T. – *The Conduct of Inquiry in International Relations*, pp. 24, 194-195.
- 77** A referência central nesse debate é Roland Bleiker [BLEIKER, Roland – "The aesthetic turn in international political theory». In *Millennium - Journal of International Studies*. Vol. 30, N.º 3, 2001, pp. 509-533; BLEIKER, Roland – *Aesthetics and World Politics*. Nova York: Palgrave, 2009). Para um amplo panorama dessa produção bibliográfica ver as edições temáticas das seguintes publicações: *Alternatives*. Vol. 25, N.º 3, 2000; *Millennium*, Vol. 30, N.º 3, 2001; *Millennium*, Vol. 34, N.º 3, 2006; *Security Dialogue*, Vol. 38, N.º 2, 2007; *Review of International Studies*, Vol. 35, N.º 4, 2009. Em português, ver por exemplo OLIVEIRA, Gilberto C. – «Um filme falado e a construção calculada do sublime: Implicações da estética kantiana na construção social da segurança». In *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Vol. 98, 2012, pp. 65-84; OLIVEIRA, Gilberto C. – «Margens estéticas nos estudos para a paz». In *Páx Online Bulletin*. Vol. 14, 2010.